Ata da Reunião Geral de Alunos Extraordinária – 28 de Setembro

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte dois, Tiago Pita, Presidente da Mesa da RGA, deu início à Reunião, pelas 19:00h, por não ter existido quórum para o início às 18:30h.

Ordem de Trabalhos

1. Período antes da ordem do dia (PAOD);

2. Aprovação da ata da RGA anterior;

3. Discussão e votação sobre a constituição do Núcleo de Apoio às Necessidades Educativas Especiais;

4. Apreciação do Parecer do Conselho Fiscal relativo à falta de pedido de parecer para a realização de despesas não orçamentadas da Festa da Cerveja 2022;

5. Atividades da AAFDL para o 1º. Semestre 2022/2023 [Não foi discutido];

6. Refeições Sociais;

7. Outros Assuntos

1. Período antes da ordem do dia (PAOD)

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Começa por dar as boas-vindas aos caloiros que entraram agora na faculdade, esclarecendo ainda que qualquer dúvida que tenham relativamente às RGA's poderão tirar com a Mesa ou no próprio site da AAFDL. Deseja também um bom ano letivo aos restantes. Relativamente à ordem do dia, informa que chegou um requerimento à Mesa durante o período da tarde e que portanto o mesmo seria aditado a ordem do dia. O ponto aditado passará a ser o sexto ponto da ordem do dia e intitula-se "Refeições Sociais" e o mesmo foi aditado pelo Duarte Martinho.

Sara Ribeiro (Secretária da Associação): Informa então que ocorreu o ENDA há umas semanas atrás no ISCTE e que compilou e disponibilizou todas as moções apresentadas e aprovadas no mesmo. Haverá também um ENDA extraordinário no início do mês de Novembro, salvo erro, onde será discutida a alteração do regimento do ENDA, pelo que falaremos nós também sobre este assunto na próxima RGA.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Antes de passarmos às restantes intervenções no PAOD, informa que a Mesa recebeu também durante a tarde uma carta da ex-conselheira Mileny Silva a responder, em certa medida, aquilo que foi dito a seu respeito na última RGA (à qual não compareceu). A carta tem então o seguinte conteúdo:

"Eu, Mileny Cristina Lopes da Silva, aluna do Mestrado em Direito e Ciências Jurídicas, atualmente no ano de dissertação, conselheira pedagógica discente, venho, através deste comunicado, informar que, no dia 04.05.2022, em sede de RGA – Reunião Geral de Alunos, sofri acusações por parte da Presidente da AAFDL, Sra. Catarina Preto, as quais excederam o caráter de mera opinião, tratando-se de imputações difamatórias, alcançando, em consideração do caráter falso dos factos imputados e do conhecimento dessa falsidade, a fronteira da calúnia. Afirmou a Presidente que, durante uma reunião preparatória entre os conselheiros discentes, eu teria comunicado a minha intenção de voto, alegadamente, por, nas suas palavras, "gostar muito da minha bolsa e não quero que ele me demita", e, ainda, "vai criar um mau ambiente na direção e eu estou la". Tudo isto, supostamente, segundo a Presidente da AAFDL, ter-lhe-ia sido transmitido por alguns dos conselheiros que estiveram presentes na referida reunião, como a

justificação para o sentido do meu voto para a eleição do Presidente do Conselho Pedagógico declarado a favor de um determinado Professor.

Os factos que me são imputados são falsos, sendo essa falsidade do conhecimento de quem os imputa, refletindo e reforçando a atual conjuntura de assédio moral que se presencia também entre alunos.

As afirmações proferidas sobre o meu sentido de voto ou qualquer decisão tomada em órgão são totalmente falsas e difamatórias, atentando diretamente a minha honra e comprometendo a seriedade que sempre pautou a minha representação na qualidade de conselheira. O referido compromisso é patente nas diversas situações em que sempre optei por respeitar tanto a vontade dos representados como a da maioria dos discentes do próprio órgão ainda que, pessoalmente, discordasse de algum ponto.

Eu nunca proferi as referidas afirmações com o sentido atribuído e imputado pela Presidente da AAFDL, nunca tendo aquele tipo de considerações toldado qualquer decisão por mim tomada, seja em comissões, seja em plenário – facto este comprovado em diversas reuniões, bastando verificar as minhas intervenções e decisões para que se conclua pela minha imparcialidade.

De facto, no dia 28.04.2022, decorreu uma reunião entre cinco membros discentes do Conselho Pedagógico, a qual serviria para avaliar a estratégia dos mesmos para as reuniões a serem realizadas com os candidatos à presidência do órgão. Nesta reunião defendi que deveríamos ouvir ambos os lados e negociar a posição mais favorável para os alunos. Na mesma reunião, informei ainda que alguns atores políticos – cuja identidade aqui não se revela por sensatez - desta faculdade afirmavam que o meu voto já estava definido e que seria a favor da Direção pelo simples facto de ser bolseira. Nesta oportunidade, desmenti esse facto, tendo, inclusivamente, sido sarcástica relativamente à situação. Seria absurdo - ideia que manifestei - imaginar sequer que uma bolsa de mérito nestes termos possa ser o preço do voto de uma conselheira já foi provada por diversas vezes em órgão e fora dele. Efetivamente, o que pretende a Presidente da AAFDL é distorcer o sentido das palavras para dar a entender exatamente o oposto do que elas significaram.

Reitero, nunca declarei o meu voto a favor de nenhum candidato. Estive presente em reuniões com ambos os candidatos e, após a leitura dos programas e reflexão, o meu voto tomou o sentido que considero ser no melhor interesse do Conselho Pedagógico e dos alunos, o qual tem caráter secreto, conforme determina o regulamento deste órgão, e não obstante a insistência da AAFDL em pretender ignorá-lo.

Mas mais, sempre se esclarece que desde 2019 sou bolseira na FDUL e que nunca a referida qualidade constituiu um impedimento ou obstáculo ao mandato que assumo desde 2020/2021 enquanto conselheira pedagógica, nem afetou o exercício de cada uma das funções que desempenho de forma autónoma e independente. Fui eleita democraticamente 3 (três) vezes (uma das quais não homologada por falha administrativa) as quais revelam a confiança dos alunos de mestrado e doutoramento no meu trabalho e representação dos mesmos em plenário.
Informo ainda toda comunidade académica que não aceitarei sofrer pressões de nenhuma parte, seja de docentes, seja da AFFDL, e que, todas as minhas decisões serão sempre tomadas em consideração da melhor representação possível dos alunos, como tenho feito há mais de um ano no órgão.
Por fim, as imputações falsas proferidas comprometem a minha honra e serão devidamente apreciadas para que sejam tomadas as devidas providências.
Neste ponto, a violência, institucional ou individual, o assédio em todas as suas formas, não devem ser aceites em nenhuma circunstância, estendendo-se o referido à Presidente da AAFDL e outros intervenientes.
Com os melhores cumprimentos,
Mileny Silva"

Vítor Andrade André: Vem então dar algumas informações da reunião do Senado que ocorreu há uns dias, sendo os tópicos visados na mesma: a questão das residências, os problemas específicos dos alunos de pós-laboral e trabalhadores estudantes, as questões de saúde mental, sendo que o plano para o próximo ano não contemplou uma estratégia relativa à saúde mental; falou-se ainda da questão da transparência dos órgãos universitários, falou-se também da questão dos alunos internacionais e, por último, falou-se também do canal de denúncias, pois é objetivo da universidade centralizar um canal de denúncias em que os alunos possam fazer as denúncias sobre assédio de forma geral e direta à própria universidade. O canal não está a levar o rumo pretendido na medida em que a plataforma está centralizada, mas os casos serão remetidos à própria faculdade.

João Fontes (Conselheiro Pedagógico): Vem dar nota de que infelizmente a reunião sobre o regulamento de avaliação não começará ainda este mandato, mas apenas em

Janeiro e vem também apelar a que, caso os alunos tenham algum problema, falem com os próprios conselheiros ou mesmo com o vogal da associação.

2. Aprovação da ata da RGA anterior

Votos a favor: 103
Votos contra: 0
Abstenções: 96

A ata foi então aprovada com 103 votos a favor, 0 votos contra e 96 abstenções.

Duarte Martinho (declaração de voto): "O número elevado de abstenções - a minha incluída - podem, eventualmente, dever-se à pouca publicitação que foi dada ao lançamento da acta no site. Eu, pelo menos, desconhecia da sua publicação"

3. Discussão e votação sobre a constituição do Núcleo de Apoio às Necessidades Educativas Especiais

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Informa que fará a chamada dos 50 nomes listados, sendo apenas necessário que 25 estejam presentes e uma vez chegados aos 25 começaremos a discussão.

Confirmada a presença de 25 das pessoas da lista, Tiago informa que a Filipa irá fazer uma breve apresentação do núcleo e depois será aberto um período de pedidos de esclarecimento e posteriormente intervenções.

Filipa Coelho: Vem então explicar a ideia e como surgiu este núcleo. Ora, o núcleo surgiu com a junção de vários colegas que tiveram problemas quer com professores quer com outros colegas devido às suas necessidades educativas especiais, desde preconceitos a desrespeitos para com os estatutos. Vem então apelar a que o núcleo seja aprovado, pois há definitivamente um desconhecimento que dos professores quer dos alunos relativamente aos direitos das pessoas com necessidades educativas especiais e este núcleo representará um espaço seguro para todos.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Dá início à sessão de pedidos de esclarecimento.

Francisco Bagorro: Questiona se é mesmo necessário criar um núcleo para integrar pessoas com necessidades educativas especiais no meio académico.

Laura Marques (Aluna da Faculdade e Professora do Ensino Especial): Esclarece que há muitos alunos com necessidades educativas especiais desta e de tantas outras faculdades que não se encontram protegidos por uma coisa simples, às vezes basta alterar a forma como é feito o exame, o tempo do próprio exame, etc. Enaltece o facto de existirem núcleos para coisas muito mais simples e de que este é mesmo necessário e pode ter um enorme impacto na vida destes estudantes.

Francisco Bagorro: Como é que a existência deste núcleo pode ajudar e aumentar a visibilidade desta realidade?

Filipa Coelho : Pode ajudar, pois muitas vezes os alunos não estão a par dos seus direitos ou até mesmo das realidades das restantes faculdades... (o resto da intervenção encontra-se impercetível)
Acrescenta que é extremamente importante fazer com que estas pessoas se sintam à vontade e dar-lhes um lugar onde possam abrir-se para desabafar os seus problemas com pessoas que os vão verdadeiramente entender porque passam pelos mesmos problemas.

Caio Escobar: Intervenção impercetível

Filipa Coelho: Qualquer aluno pode ser associado do núcleo, contudo há questões como quotas e afins que terão de ser definidas pela associação, há atribuições dos membros do núcleo que são definidas pela Direção.

Baltazar Oliveira: Este núcleo, pretende-se que seja da associação porque houve uma tentativa para criar o mesmo há mais do ano como sendo um núcleo da faculdade. Infelizmente não foi possível e, dada a importância deste núcleo e necessidade do mesmo, a Filipa solucionou a questão fazendo com que este seja um núcleo da associação e não

da faculdade, como era o objetivo inicial. Só para clarificar relativamente à primeira pergunta, as condições definidas pela direção são mesmo essas, o valor anual da quota.

Filipa Coelho: Explica que a criação do núcleo como sendo um núcleo da faculdade não foi possível, pois foram colocados entraves por parte Direção. Explica que o processo começou no seu primeiro ano com o Professor Blanco de Morais. Nessa altura foi tentado, com a Dr. Maria José, que o núcleo existisse para apoiar estes alunos. No entanto, as coisas "caíram por água abaixo" após as conversas com a Direção. Deste modo, e uma vez que é tão importante para o alunos, sente que faz todo o sentido que o núcleo exista e exista na associação, porque no final do dia somos todos alunos e há alunos que precisam de nós.

Laura Marques: Intervenção parcialmente impercetível, confessa que não conhece como são os regulamentos dos núcleos, mas suscita a possibilidade de haver Mecenas que apoiem o núcleo, de modo a angariar fundos para os alunos que precisarem.

Leandra Barbosa: Intervenção impercetível

Baltazar Oliveira: Começa por explicar que há então três razões, tal como referido, esta questão nomeadamente na sua vertente mais pedagógica podia efetivamente ter sido melhor abordada pelos órgãos da faculdade do que se calhar foi, mas apesar disso, o núcleo trará poder reivindicativo para estas questões; a segunda razão é uma razão de divulgação, dá como exemplo os núcleos NELB, NEA e NERA, pois quando os alunos brasileiros, africanos e das regiões autónomas chegam a faculdade vão para esses núcleos para facilitar o processo de adaptação e de integração. Contudo, quando os alunos com necessidades educativas especiais chegam a faculdade, não têm ninguém que facilite esse processo de adaptação e os apoie dessa forma. Em terceiro lugar o próprio aspeto financeiro da questão, pois o núcleo também terá uma vertente de ação social.

Leandra Barbosa: Intervenção impercetível

Filipa Coelho: Contextualiza que há efetivamente pessoas que andam no psicólogo há anos e que já têm efetivamente os seus certificados, contudo essa não é a realidade de toda a gente e um certificado tem o custo médio de 150€. Refere que infelizmente, é muito

difícil conseguir chegar ao GAP ou ao centro de psicologia da U.Lisboa. Intervenção parcialmente impercetível.

Rúben Traquino – diz que tem algumas questões: pergunta se sabem que existem núcleos da faculdade e a saúde é uma responsabilidade do Estado; pergunta porque é que, sabendo os núcleos já existentes na associação, não se procura fazer uma política juntos dos órgãos da faculdade para se criar esse núcleo precisamente na mesma; (inaudível) menciona questões da faculdade.

Laura Marques – diz que o trabalho do dia-a-dia da mesma é precisamente com pessoas com necessidades especiais. Diz que todas estas pessoas têm direitos, mas, infelizmente, existem pais que não fazem ideia de que os seus alunos têm estes direitos. É baseado nisto que temos de mudar alguma coisa, e, os alunos de Direito tem de procurar se informar sobre o assunto e ajudar as pessoas que precisam de ajuda. (inaudível) dá vários exemplos de pessoas que têm mais dificuldades, e, tendo em conta que existem professores que não conseguem responder à dificuldade, cabe-nos a nós, enquanto alunos, ajudar.

Baltazar Oliveira – pergunta se o número real de estudantes com necessidades especiais é conhecido, visto que a Filipa apenas conhece 20, mas o número deve ser mais elevado. Quanto à questão de privacidade, afirma que o núcleo não irá divulgar quem são os seus associados, nem quem tem necessidades educativas especiais, portanto o anonimato será sempre garantido.

Rúben Tarquino – o NEA ou o NELB são especiais, é constitucionalmente do Estado ou não a integração dos mesmos.

Laura Marques – diz que alunos cuja língua materna não seja a língua portuguesa ou que por outra razão necessitem de mais apoios, são considerados alunos com necessidades especiais que são potenciais casos que podem vir necessitar de apoio.

Tatiana da Costa – (inaudível). De forma que os discentes podem ajudar a integrar os alunos com necessidades especiais.

Baltazar Oliveira – diz que qualquer aluno, independentemente de ter necessidade especiais ou não, pode ser associado e, nesse âmbito, ajudar os alunos que necessitam de ajuda. Adiciona, dizendo ainda que existem associados honorários, que são pessoas que não são estudantes, que podem também ajudar.
Tatiana da Costa – (inaudível) Pergunta qual o critério para aferir quem são as pessoas com necessidades especiais.

Filipa Coelho – todos aqueles que gozam desse estatuto assim como aqueles que, por alguma razão, necessitem de apoios extra: infoexcluídos, pessoas cuja língua materna não é a portuguesa, etc…. Há abertura para pessoas, mesmo que não gozem do estatuto, chegarem ao pé do núcleo, explicar a sua situação, e pedir o apoio do núcleo. O núcleo pode inclusivamente ajudar as pessoas a adquirir o estatuto. Adiciona, dizendo que a própria lei ajuda o núcleo nesta sua missão.

Tatiana da Costa: Faz uma sugestão (impercetível)

Vítor Andrade André: Mostra surpresa por toda a discussão em torno de algo que é útil para a comunidade estudantil, em especial para os alunos com necessidades educativas especiais. Diz que todos deviam apoiar a criação do núcleo, pois este irá trazer "visibilidade" e voz aos alunos com necessidades educativas especiais. Por fim, pergunta se, além da Direção da Faculdade, falou com algum Conselheiro Discente.

Filipa Coelho: Responde que na altura era aluna do primeiro ano e que desconhecia de todos os meios que tinha à disposição. Acrescenta que, nos contactos que teve com a Direção da Faculdade, ficou a saber que estava em desenvolvimento o novo regulamento para os estudantes com necessidade educativas especiais e que este ainda não foi aprovado, demonstrando-se ainda mais importante haver um núcleo ativo que possa contribuir para essa efetivação. Por fim, diz que conseguir trazer a criação deste Núcleo a RGA é um sonho e um objetivo cumprido.

Intervenções

Rúben Traquino: Começa por dizer que ficou surpreendido quando viu que, na ordem do dia, iria ser discutido e votado o núcleo dos estudantes com necessidades educativas

especiais, dizendo, no entanto, que não é contra a criação do núcleo e que o mesmo será útil para a comunidade estudantil. Por outro lado, diz que também existem núcleos da própria Faculdade de Direito e que o núcleo em discussão ficaria mais bem enquadrado nos mesmos. Concorda ainda que a AAFDL apoie todos os projetos deste núcleo, mas não concorda que o mesmo faça parte das contas da Associação, dizendo que as questões de saúde são responsabilidade do Estado Português e não da AAFDL. Diz que a AAFDL tem assumido, nos últimos tempos, muitas responsabilidades que deviam ser do Estado e que, portanto, não deveria gastar dinheiro com responsabilidades que são do Estado. Por fim, diz que prestará todo o apoio ao núcleo, voltando a realçar, todavia, que esta deveria ser uma responsabilidade do Estado e que tem de ser feita pressão nesse sentido.

Baltazar Oliveira: Questiona no sentido de perceber se devemos então deixar estes alunos sem ajuda, visto que o estado não contribui no sentido de os apoiar.

Rúben Traquino: Volta a realçar que não é contra a criação do núcleo, sendo que o seu ponto passa por ter a opinião de que o núcleo não deveria pertencer à AAFDL. Finaliza dizendo que em momentos eleitorais a AAFDL é bondosa, mas que a inclusão do núcleo nos seus quadros não é correta.

Inês Silva: Questiona se o Rúben também acha que, tendo em conta a parte final da sua intervenção, a AAFDL não deve gastar dinheiro em apoios aos alunos com necessidades económicas, pois esses também são deveres do Estado.

Pedro Cecília: Questiona se o Rúben acha que a AAFDL deve deixar de conceder todos os apoios socias que presta, visto que essas também são obrigações do Estado.

Rúben Traquino – não é contra a criação do núcleo, é contra a criação junto da associação. Acredita que tem de haver ajudas, mas não deve haver obrigatoriedade de ajudas. A associação pode fazer influência junto do Estado de necessidades e ajudas pontuais, através de apoios indiretos.

Laura Marques – pergunta se, enquanto estudante de Direito, sente algum tipo de obrigação perante a sociedade. Diz que tem feito tudo o que pode, junto de advogados e juízes.

Marta Cortez (Vogal da Ação Social) – afirma que uma pessoa que diz que não precisamos de dar, porque é o Estado que tem de dar, fala de barriga cheia. Adiciona, dizendo que existem pessoas que apenas conseguem comer devido aos apoios indiretos. Pergunta o porquê de, tendo a associação a possibilidade de ajudar os alunos que irão beneficiar do núcleo, haver tanto debate sobre o tema.

Rúben Traquino – afirma que sempre lidou com crianças com necessidades especiais. Diz que vai puxar a linha para onde a linha deve estar. Sendo a responsabilidade do Estado, os alunos enquanto estudantes de direito devem chamar o Estado à RGA. Diz que bate os pés onde se deve bater os pés e não bater na mesa que não deve levar um murro. Não é contra o núcleo, nem nunca será porque seria complicado fazê-lo enquanto estudante de direito. Afirma que está pronto para que o núcleo seja desenvolvido nas linhas certas, enquanto núcleo da faculdade e não da associação académica.

Matilde Pinhol – pergunta porque é que faz tanta moça o núcleo estar associado à associação. Diz que a associação é de todos os alunos e todos devem ser representados e não apenas alguns. Pergunta, dizendo que o Estado não intervém em algumas áreas, devendo os privados colmatar essa parte, o que pretende fazer. Pergunta, caso o modelo não passe, o que vai fazer e explicar em RGA o seu plano.

Rúben Traquino – diz que gostou do desafio e aceita o mesmo. Usa um exemplo de laranjas e maças que estão trocadas no cesto e vão para os sítios errados.

Tiago Pita (Presidente de Mesa da RGA) – inicia o período das intervenções.

Gonçalo Ribeiro – diz que fica exaltado com a situação. Diz que as necessidades especiais não são simples dislexias ou miopias, mas sim situações mais graves que tornam a aprendizagem de cada um complicado. É função da associação, assim como de núcleos da faculdade, ajudar todos os alunos por várias razões: vir de realidades distintas, por exemplo. Afirma, como membro da comissão de praxe, falou para várias instituições sobre o papel da ação social da faculdade e fica profundamente triste sobre algumas das posições tomadas na RGA.

Gonçalo Ribeiro – (inaudível). Diz que o que disse não era que alguns núcleos não merecem, mas sim que todos merecem. Termina, dizendo perguntado qual é a dificuldade de precaver algumas situações, mesmo que isso implique fazer menos festas, por exemplo.

Rúben Traquino – (inaudível). Diz que nunca disse que era contra a criação do núcleo. (inaudível).

Tomás Charters – diz que o conselheiro Francisco Bagorro foi profundamente desrespeitoso da maneira como abordou das questões do núcleo, pedido ao mesmo que formulasse um pedido de desculpas.

Francisco Bagorro (Conselheiro Pedagógico) – retrata-se pedindo desculpa e admitindo que a maneira como falou sobre o assunto pode não ter sido a mais correta, mencionado o caderno reivindicativo e dando a ideia de no mesmo se tratar deste assunto para depois levá-lo à ministra do ensino superior.

Nexus – diz que se as pessoas não querem que o núcleo exista, precisam de argumentar de forma mais eficiente. (inaudível). Pergunta qual é o problema de se fazer o núcleo na AAFDL. Diz que se perdeu muito tempo a discutir questões superficiais, visto que os próprios estatutos facilitam a criação do núcleo. Diz que, para ele, a AAFDL a ter que gastar dinheiro, é precisamente nestas questões.

Pedro Carneiro – diz que tem acompanhado a Filipa no processo de criação do núcleo, e que a mesma procurou ir junto à direção, sem sucesso. Vindo à associação, se a associação não serve precisamente para ajudar os alunos nestas questões não sabe para que serve, e que o dinheiro da associação.

João Pedro – (inaudível). Fala sobre uma questão de avaliação que ocorreu com o mesmo o ano passado, em que se considerou injustiçado e que o conselho pedagógico votou todo, com algumas exceções, a favor do professor lesado no mesmo.

Filipa Coelho – diz que fez o processo todo sozinho, menciona uma situação em que um professor não lhe quis conceder mais tempo numa prova, o que impactou a sua nota. O

que os núcleos propõem é contactar diretamente com os docentes para tratar destas questões.

Francisco Bastos (Conselheiro Pedagógico) – diz que o João Pedro invocou o nome dos conselheiros. Diz que o professor utilizou o direito a contrarresposta, apresentado provas que sustentavam a mesma e que o sentido do voto dos mesmos foi baseado nisto. Diz que o aluno invocou doutrina brasileira quando a mesma não tem cabimento em Portugal.

Victor Andrade André – pede ao João Pedro Almeida para esclarecer a situação que ocorreu com o mesmo.

João Pedro Almeida – Começa por enumerar as adaptações que os alunos com necessidades educativas especiais têm atualmente na avaliação da FDL. Diz, no entanto, que alguns professores ignoram essas indicações - em especial o professor António Brito Neves - dizendo que esse "traste" e "vagabundo" negou a sua avaliação à distância no ano letivo transato, realçando que esse era um direito que lhe assistia. Diz que o mesmo professor interrompia as suas intervenções por diversas vezes e que por essa razão apresentou uma queixa pedagógica. Informa que o professor António Brito Neves respondeu à queixa dizendo que não tinha conhecimento da sua situação de necessidade especial, sendo que essa resposta foi mentira e que todos os docentes foram informados da sua necessidade especial. Diz ainda que todos os conselheiros pedagógicos, à exceção do conselheiro discente Francisco Bagorro, votaram a favor do professor António Brito Neves. Agradece o empenho do Conselheiro Francisco Bagorro. Por fim, coloca a questão de saber qual seria a função do Núcleo no sentido de reivindicar pelo cumprimento das adaptações de avaliação aos estudantes com necessidades educativas especiais, tendo em conta que o próprio Conselho Pedagógico não o faz.

Tertvlia Libertas: Diz ter diversos pontos a dizer, mas começa apelando aos alunos que se sensibilizassem um pouco mais ao ponto abordado, e que começassem a dizer como integrariam esses alunos com necessidades especiais, se os mesmos alunos tinham ideia do que poderia ser feito e do que não poderia ser feito. E que independente da votação e do resultado que era um ponto onde a solidariedade deve ser praticada.

Laura Marques: Inicia por dizer que se não for por parte dos cidadãos partir um interesse de mudar as coisas nunca nada vai mudar, e que se foi tentado que esse núcleo fosse criado enquanto núcleo autônomo e a comunidade não aceitou, nada melhor do que se juntarem a AAFDL, uma vez que associação está para todos e isso seria uma arma a ser utilizada. Acrescenta que a latitude de adaptações para os estudantes especiais é muito grande, e que é importante a transportar isso para as pessoas, e que enquanto faculdade de Direito que estuda isso, começar a tocar nesse assunto. Transformando a faculdade em um lugar um pouco mais para frente. Implementando medidas a esses estudantes com necessidade especiais, vai ser tratado como uma prática pedagógica mais correta na faculdade.
Por fim responde a tertúlia, que uma das formas é criar medidas que formem professores de forma a que saibam agir perante situações como essas, perante uma pessoa que tem uma necessidade especial. Trazendo pessoas pedagogos, que entendem do assunto, para evite que haja situações de discriminação com estes alunos e que haja um tratamento desse tipo de questão.

Sofia Escária: Inicia explicando que diariamente trabalha com crianças e que muito deles com necessidades especiais e que percebe o ponto apresentado, e que a sua questão seria qual o papel do núcleo e da associação poderia ter no sentido de tentar sensibilizar e exercer pressão sobre a tutelados mais envolvidos quanto a essa matéria.

Laura Marques: Responde que é justamente a sensibilização, trazer os olhares a esse ponto. Depois, que a nível de professores, cuidadores e isso, tenham medidas mais específicas a serem avançadas. Mas que o principal seria começar a se falar sobre isso, e que se conseguissem avançar em termos pedagógicos isso seria uma das formas principais de enfoque.

Vitor Andrade André: Gostaria de fazer um parêntese, que é verdade que ele não se expressou de uma melhor forma, mas questiona mais uma vez o trabalho do conselheiro. Passando a questão do núcleo, que a política de uma rga é o órgão de governo da associação, e que os alunos enquanto estão em rga tem o poder de que estes alunos realmente recebam uma sensibilidade que merecem, e que os alunos ali poderiam dar o exemplo votando a favor.

Maria Tomiak: O núcleo é para estudantes com necessidades especiais, e que obviamente a faculdade é difícil, dando exemplo de teoria I ou Penal I, dizendo então que imagine com necessidades como esta, sendo uma pouca vergonha o estarem discutindo o tanto que foi discutido. Que os presentes, enquanto juristas, que tem essa função de ajudar, por fim apelando que os estudantes tenham mais noção e sensibilidade aos demais colegas.

João Fontes: Faz defesa de honra por conta das declarações do Vitor, que oque foi dito na rga não foi verdade, que o conselheiro não tinha votado a favor do núcleo, sendo que isso não foi feito em nenhum sítio. Que a queixa pedagógica não foi concluída, que ainda estão processo que a comissão de queixas decida (reiterando que este está na mesma comissão). Afirmando que não foi votado ainda e que a queixa não foi só sobre isso.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Começar por dizer que o núcleo de apoio a estudantes com necessidades especiais é muito bem-vindo pela aafdl, que essa direção e esse conselho fiscal tem trabalhado para que haja maior integração a associação. E que mesmo a questão financeira, que é um ponto que vem sendo apresentado, é um ponto que eles têm trabalhado. Afirmando ainda que reconhece o valor que existe em um núcleo, lembrando que ele vem do nelb, e que muitos outros alunos ali presentes são prova dessa afirmação. Que existe também nesses núcleos o papel de continuamente pressionar por melhores na comunidade acadêmica e que esse é mais um caso em que temos uma maior possibilidade de conseguir uma valorização nesse aspecto abordado por esse núcleo.

Diogo Martins: Inicia por dizer que núcleo é muito bom para maior integração desses estudantes, mas que para além disso, que se há uma quantidade de alunos que se apercebe da importância do assunto, não percebe o porquê estão a tanto tempo a discutir a criação do núcleo, quando é também uma necessidade da sociedade que se avance pontos como esse. Questionando os pontos como "não há dinheiro", uma vez que é do papel da sociedade avançar com pontos como esse.

Rubén Traquino: Afirma que o núcleo deveria pertencer a faculdade, e não disse que a aafdl não quer ajudar o núcleo, mas só disse que as laranjas e as maças devem estar nos

cestos. Questionando o Diogo se caso não passar, se ele vai ajudar o núcleo a ser um núcleo da faculdade, se está disponível a isso.

Diogo Martins: Afirma estar disponível, mas que a aafdl é uma associação de estudantes, para representá-los e que acaba por não perceber o porquê o núcleo não deveria ser integrado a mesma, dando um maior apoio a esses alunos. Questionando então o porquê o núcleo não deveria estar em uma associação acadêmica, que está lá justamente para os alunos.

Francisca Marques: Diz direcionar isso mais especificamente ao Ruben, dizendo não perceber "a associação não tem dinheiro para isso" ou "a associação não ter dinheiro para aquilo", ou então "há núcleos que não deveriam estar" questionando então se o NEA no mandato anterior recebeu 1200€ e que então de acordo com o pensamento dele não deveriam assim receber. Que quer dizer que pessoas que tem vários problemas, dificuldade de integração, não há dinheiro para ajudar essas pessoas? Há dinheiro para os núcleos, mas para não ajudar essas pessoas?

Ruben Traquino : pede declaração de voto.

Tomas Branco: Apresenta sua indignação ao estarem 1h30 a discutir a questão do núcleo, que seu voto vai ser a favor. Que ainda a questão do dinheiro, que já tiveram pessoas justamente da associação a dizer que vai ser bem recebido, questionando então quem esses seriam para dizer que não há orçamento, não fazendo sentindo a questão colocada.

Filipa Coelho: Agradece a todos e que espera que o núcleo seja aprovado, e que se sim, diz estar pronta ao trabalho.
Votação da constituição do núcleo de apoio as necessidades educativas especiais:

Votação:
A favor: 157
Abstenção: 1
Contra: 2

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): a luz do artigo 45º dos estatutos da associação seria precisaria uma maioria de 2/3, sendo o núcleo aprovado com 157 votos a favor, 1 abstenção e 2 votos contra.

Gonçalo Ribeiro: Declara o seu voto, que no sentido do que disse na sua intervenção, que fica muito feliz e agradece com as pessoas que se solidarizaram, ao trabalho da fundadora.

Ruben Traquino: que seu voto sempre seria a favor, reconhecendo ser uma necessidade especial dos estudantes, mas que seu voto é no sentido de que o núcleo deveria ser um núcleo da faculdade e que como ele tinha dito, que dever-se-ia deixar as laranjas nos cestos das laranjas e as maças nos cestos das maças. Desejando força no projeto e que continua disponível a toda ajuda que precisarem.

Duarte Martinho: sugere, uma vez que a RGA já se alongava, portanto, a audiência já não era tão grande e também por haver diversos alunos que vivem longe da faculdade, pergunta à mesa se não seria preferível terminar a RGA agora e dar-lhe continuidade na próxima segunda-feira.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): rejeita o pedido em nome da Mesa, uma vez que estavam 160 pessoas presentes, o que, no seu entender, é um número considerável para se debater tal assunto.

Duarte Martinho: recorre da decisão.

Uma vez que o aluno Duarte Martinho recorreu da decisão deu-se origem a uma votação para saber se a RGA continua ou não.

Votação:

1) A favor – 88
2) Contra – 21
3) Abstenções – 17

Tendo em conta os resultados, a RGA continuou.

4. Discussão e votação sobre a constituição do Núcleo de Apoio às Necessidades Educativas Especiais

Jefferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): refere que no dia 27 de maio aconteceu a Festa da Cerveja. Dias depois da festa, o tesoureiro da AAFDL entregou ao Conselho Fiscal um parecer provisório em que declarava que a festa da cerveja tinha sido financeiramente positiva, pois houve lucro - sendo esse lucro ligeiramente superior a 15.000,00€, muito embora ainda não tinham sido descontadas algumas despesas. O parecer final foi ligeiramente mais positivo, uma vez que o lucro foi de sensivelmente 17.000,00€. De seguida, decide analisar quais foram as despesas e as receitas – escrutinando o que se gastou e o que se recebeu. Menciona que houve valores que foram pagos em mão, casos dos artistas que foram atuar à festa, entre outros. Abordando agora o problema da festa, começa por referir que o orçamento da festa excedeu em mais de 77.000,00€ o valor orçamentado e como a direção não tomou nenhuma das medidas previstas nos estatutos para colmatar esse excesso, houve violação de normas descritas nos estatutos.

Catarina Preto (Presidente da Direção): opta por descrever as situações anteriores à festa de modo a elucidar os alunos do ocorrido e das razões pelas quais ocorreu. Primeiramente, refere que na festa "remember" houve uma situação complicada entre um aluno e diversas alunas cujo desacato apenas terminou com intervenção policial. Este facto levou a que a Direção da Faculdade impedisse a realização de mais festas dentro do espaço da faculdade até que o inquérito terminasse ou, inclusive, até ao fim do semestre. Como o espaço da faculdade estava interdito à realização da festa, a direção da AAFDL teve de encontrar uma solução que se coadunasse com a dimensão da festa – espaço da Reitoria. Apesar de já ter havido reuniões e conversações com a reitoria, a decisão final apenas chegou no dia 10 de maio. Como o tempo para a preparação da festa era escasso, Catarina decidiu partilhar o Excel, cujos valores estavam a ser preenchidos, com o Presidente do Conselho Fiscal. Mas, como os e-mails da faculdade estavam a ser alterados do Gmail para o Hotmail, o Presidente do Conselho Fiscal não teve logo acesso aos dados que constavam no e-mail. Esta festa, dada a sua dimensão e o facto acrescido da presente direção não ter realizado nenhuma festa com estas características – licenciamento do espaço, necessidade de um engenheiro para proceder à construção de um palco, polícia, entre inúmeras outras coisas – o que fez com que a mesma tenha tido atipicidades. Refere

que qualquer pessoa que quisesse tinha acesso ao excele, incluindo o Conselho Fiscal. Menciona que seria importante trazer o tema da obrigatoriedade do Conselho Fiscal e da Direção terem uma reunião antes de qualquer festa, havendo por isso uma necessidade de se alterar os estatutos nesse sentido.

Gonçalo Ribeiro: refere que, no seu entendimento, a ideia é boa, mas que tem de ser dada maior margem ao Conselho Fiscal, por considerar quem um dia ou dois é um período muito curto. Questiona Catarina sobre qual seria a melhor margem, no seu entender, para o conselho fiscal conseguir reunir-se e tomar uma decisão.

Catarina Preto (Presidente da Direção): refere que reunir-se-á com o conselho fiscal para delinear essa questão e que depois apresentará essa solução para toda a gente.

Nuno Mohamade (Vice-Presidente do Conselho Fiscal): esclarece que não foi convidado antes da festa, mas que o seu convite apenas chegou nos dias posteriores à festa.

Marta Leite: questiona Catarina em que dia é que se realizou a reunião na reitoria.

Catarina Preto (Presidente da Direção): responde que a reunião foi realizada no dia 4 e que a decisão final tomada pela reitoria foi no dia 10.

Marta Leite: refere que, muito embora, não tivessem os dados todos adquiridos havia uma forte probabilidade de excederem os valores orçamentados e, portanto, questiona o porquê de não ter sido emitido logo um parecer.

Catarina Preto (Presidente da Direção): responde referindo que o facto de não ter sido emitido logo um parecer estava integralmente relacionado com o facto de não terem a mínima ideia de quanto é que iriam gastar na realização da festa. Indica que a sua intenção era a de entregar os valores a tempo, mas, infelizmente, isso não foi possível de se fazer - assumindo o erro, em nome da direção da AAFDL.

Pedro Carvalho: menciona que quer proceder a duas questões: que tipo de documentos/ comprovativo é que mostram os valores que foram gastos na festa e, de seguida, questiona qual o valor legal é que um Excel tem, e se efetivamente tem qualquer tipo de valor legal;

questiona, também, qual o valor do Conselho Fiscal na análise nas contas – se têm uma natureza puramente formal ou se têm uma natureza material.

Catarina Preto (Presidente da Direção): responde a Pedro dizendo que, por norma, trabalham com o Excel, mas que efetivamente este não deve ter qualquer tipo de valor jurídico. Em relação ao carácter do Conselho Fiscal, indica que o mesmo tem uma papel interventivo e que está constantemente a par das contas da associação.

Jefferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): refere que os valores relativos às despesas não estavam todos contabilizados, uma vez que nem todos os serviços necessário para a realização da festa tinham emitido um orçamento. Em relação à questão do valor jurídico do Excel, Jefferson considera que, de facto, o excel tem valor jurídico. O presidente do conselho fiscal esclarece que caso o conselho fiscal apenas transmitisse uma valor porque estava obrigado ao mesmo, aí nesse caso consideraria que o mesmo tinha um carácter meramente forma, mal tal circunstância não aconteceu, logo considera que o Conselho Fiscal tem um carácter material.

Sofia Escária – Pergunta de que forma foram envolvidos os elementos do Conselho Fiscal neste processo.

Catarina Preto (Presidente da Direção) – Refere que atualmente para se entrar maioritariamente com os pagamentos é a reitoria e que há uma variedade de situações diferentes, como a forma de contratação, uma vez que para a Reitoria é exigido concurso público e para a AAFDL não. Quanto ao Excel diz que não vê qual o problema de serem projetados os valores até porque aquele Excel esteve aberto ao longo de 2 semanas no gabinete do tesoureiro.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal) – Afirma que não abriu logo o link no WhatsApp e quando voltou para abrir o link não conseguiu, tendo ido verificar diretamente com o Luís. Refere que a festa estava quase a acontecer e que não lhe fez sentido convocar uma RGA para fazer o quer que fosse e que o que faria sentido era denunciar a situação depois da festa ter acontecido.

Sofia Escária – Diz que a pergunta não era tanto sobre os pagamentos em si. Não é o acesso aos pagamentos, são questões como a necessidade de polícia, os pedidos de licença. Questiona o porquê de não se terem juntado presencialmente ou o porquê de terem esperado 2,3,4 dias para ver dados.

Catarina Preto (Presidente da Direção) – Diz que foi suplente de direção e não teve acesso a contas e que nem lhe ocorreu ir telefonar por causa de uma questão destas. Refere que não tinha as contas na altura e que quando fizeram o Excel o valor não excedeu logo, foi excedendo, porque os valores foram chegando.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal) – Diz que não sabe porque é que o link não funcionou e que não foi possível fazer a reunião à distância por… (inaudível). Diz que a solução que lhe pareceu melhor foi a que optou por tomar.

Ângelo pela Tertvlia Libertas - Diz que não gostou da festa, porque a Festa da Cerveja é da Faculdade de Direito para os alunos da Faculdade de Direito e com um bar aberto de jeito. Questiona o que é mais importante, se respeitar os estatutos ou fazer uma grande festa. Pergunta ainda desde quando se adotou a prática de fazer os pagamentos aos artistas em dinheiro vivo?

Catarina Preto (Presidente da Direção) – Lamenta que Ângelo não tenha gostado da festa e que particularmente até gostou. Responde que a festa é importante, mas os estatutos vêm primeiro, dizendo que foi uma situação complicada.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal) – Inaudível.

Catarina Preto (Presidente da Direção) – Sobre o pagamento em dinheiro refere que os artistas tinham contrato, afirmando que se está perante um mundo complicado, o mundo do espetáculo, uma vez que ou se tenta adaptar à situação ressalvando a posição da AAFDL ou então fica bastante difícil fazer a festa. As festas são as festas e há que tentar trabalhar no molde em que elas são feitas.

João Fontes – Lê alguns excertos de um parecer do Conselho Fiscal e coloca uma questão à direção. Inaudível.

Catarina Preto (Presidente da direção) – Diz que sempre soube que a Festa da Cerveja ia dar lucro, até porque todas as anteriores deram. Acha um descaramento que se diga em RGA que a direção anda a brincar com o dinheiro dos associados uma vez que anda a pagar dívidas de direções anteriores.

Luís Pereira (Tesoureiro) – Refere que o que tinha no Excel era o valor com que iam ficar dos bilhetes e a estimativa e que durante 3,4, horas trabalharam com esses valores e os sócios e não sócios que iriam estar presentes. Diz que o valor que estava no Excel que não se conseguiu abrir era um valor relativo às estimativas.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal) – Diz que não sabe o que estava no link e que se não conseguiu abrir o link mais nenhum outro membro do conselho fiscal conseguiu fazê-lo. Refere que só começaram a ser feitas as previsões quando já tinham os bilhetes.

João Fontes (conselheiro pedagógico) – Pergunta como é que se toma a decisão de se avançar com a festa quando se recebe uma previsão como a que foi recebida dias antes.

Luís Pereira (Tesoureiro) – Refere que fizeram em Excel os valores com base nas pessoas que achavam que iriam estar presentes na festa, que depois até foram superados, e os valores correspondem às previsões que fez com Jeferson Nicolau, daí que o valor em questão não seja o valor que ambos achavam que ia ser.

Catarina Preto (Presidente da direção) – Refere que os últimos 2 dias de vendas de bilhetes para festas são sempre os mais significativos.

Francisco Bastos (Conselheiro de Escola) – Pergunta retoricamente se foi passado dinheiro fisicamente e se desse dinheiro há alguma fonte comprovativa do que foi gasto para além dos contratos.

Catarina Preto (Presidente da direção) – Confirma que foi pago dinheiro com o dinheiro da caixa, como acontece sempre. Diz que há várias formas de controlar esta questão, através dos contratos, dos recibos, das declarações, ou que até se pode controlar através dos envelopes. Afirma que sempre que se vende pulseiras a caixa é levantada

constantemente e que são apontados os valores. Diz que normalmente durante as festas grande parte do trabalho do tesoureiro, da presidente ou da secretária é o de levantar o dinheiro da caixa durante ou no final da festa.

Inês Silva (Vice-Presidente da Mesa da RGA) – Procede à leitura da recomendação à Direção e ao Conselho Fiscal apresentada por Francisco Bastos

Moção

Recomendação à Direção e ao Conselho Fiscal

Recomenda-se que, de futuro, a associação se vincule:

1) *A que o Tesoureiro, sempre que as transações sejam feitas em dinheiro, convide de forma direta e aberta aos demais membros do conselho fiscal, para efeitos de contabilização e transação do dinheiro, um membro do conselho fiscal de uma lista diferente daquela para que foi eleito, da segunda lista com mais votos, a fim de assegurar a pluralidade*
2) *de e transmitir confiança e transparência. Também preferencialmente, que se faça acompanhar ainda, quando isso seja possível, de membros de uma lista que tenha ficado nos lugares seguintes aquando do momento eleitoral.*
3) *Que o membro ou membros do Conselho Fiscal que tenha(m) acompanhado a contabilização e transação, assinem, sob declaração de honra, que o dinheiro entregue corresponde ao valor inicialmente comunicado pelo Tesoureiro, para que fique registado, para memória futura, inserto em documento, que os valores foram aqueles e tão só aqueles.*

Francisco Bastos

João Fontes (Conselheiro Pedagógico) – Pergunta qual a solução para cenários de lista única.

Francisco Bastos (Conselheiro de Escola) – Refere que em vez de ser um membro da própria lista, do conselho fiscal, poderia ser alguém que fosse alheio à AAFDL.

Sofia Escária: Início impercetível. Explica que não está a colocar em causa o Parecer, mas que as explicações que foram dadas em RGA não foram esclarecedoras ou coerentes, nomeadamente quanto às datas e momentos.

Marta Leite: pergunta à Direção da AAFDL se conseguem dizer quantas pulseiras foram vendidas.

Vitor Andrade André: afirma que houve falhas e erros e que acaba por perceber que esses são naturais, mas que temos de perceber de que forma é que estes problemas podem parar de surgir de Direção em Direção. Dá a ideia da criação de uma espécie de caderno de boas práticas, para que estes lapsos ou problemas não se repitam, senão daqui a dois anos haverá outra RGA em que se estará a falar da mesma coisa. Cada vez é mais necessária não uma submissão do Fiscal à Direção, concordando com o que disse Catarina Preto, mas um trabalho conjunto dos dois órgãos. Esse caderno poderia acautelar estas questões e dar sugestões.

Gonçalo Gomes: afirma que é de relembrar que no Conselho Fiscal do Tomás Viçoso esse mesmo caderno de boas práticas foi chumbado em RGA. Diz concordar plenamente com a ideia e que deveria ter sido aprovado na altura.

Bruna Duarte (Vogal de Erasmus): afirma que um manual de boas práticas não é vinculativo para Direções vindouras. Afirma que na sua opinião a única forma de prevenir que isto volte a acontecer é através de uma alteração estatutária.

Vitor Andrade André: se preferirem uma proteção máxima, o melhor será uma alteração estatutária e convinha mudar o Regulamento, se preferirem começar de uma maneira mais flexível e que possa ir sendo construída e passando de geração em geração, seria o caderno de boas práticas.

Baltazar Oliveira (Suplente do Conselho Fiscal): falando da questão levantada pelo Francisco Bastos, para que o Conselho Fiscal estivesse sempre presente quando se tratasse de questões de dinheiro, afirma que nas festas trabalha sempre a vender senhas, juntamente com a Suplente Carolina Mercês, pelo que a Direção expressa a sua preocupação em colocar pessoas do Fiscal a mexer em dinheiro e não, por exemplo, colaboradores. A segunda proposta era a de que o Conselho Fiscal acompanhasse de forma mais próxima tais questões de dinheiro, como for exemplo, levar o dinheiro ao cofre da Associação, coisa que afirma ter feito 3 vezes ao longo do mandato, duas com o

Vice-Presidente das Atividades e uma com o Tesoureiro, pelo que também houve abertura da Direção para tal. Reitera que a proposta do Francisco Bastos é importante neste sentido, para tornar estas práticas recorrentes.

Inês Silva (Vice-Presidente da Mesa da RGA): faz um pedido de esclarecimento, perguntando se, como foi dito, o prejuízo estimado de 20 mil euros foi um valor que veio da Direção e como é que veio esse valor estimado, e não veio um valor de despesa estimado, como é que se sabe o prejuízo que se vai ter, sem se saber a despesa? Pois o prejuízo será calculado com base na despesa e no lucro.

Baltazar Oliveira (Suplente do Conselho Fiscal): responde que a despesa foi estimada.

Francisco Bastos (Conselheiro Pedagógico): explica que a sua proposta seria também que um membro de outra lista fizesse o acompanhamento da transação, de forma a assegurar que existe uma confiança universal e de facto. O resto da intervenção é impercetível.

Baltazar Oliveira (Suplente do Conselho Fiscal): afirma que houve sempre abertura para que membros de outra lista fossem, mas tal é indiferente pois no Conselho Fiscal não há listas, e como as pessoas gostam de ficcionar divisões que não existem, a existir essa divisão é entre Conselho Fiscal e Direção, nunca dentro do Fiscal.

Francisco Bastos (Conselheiro Pedagógico): pergunta se percebeu que a sua proposta não é a de haver essa abertura, mas sim haver uma obrigatoriedade, pois aí é que está a segurança dos associados.

Carlos Ferreira (Suplente do Conselho Fiscal): explica que quanto às idas ao cofre nunca houve uma abertura completa por parte de todos os membros do Conselho Fiscal, e que a única pessoa que o fazia era o Baltazar, acrescentando que não fazia sequer ideia de que um membro do Conselho Fiscal poderia ir ao cofre juntamente com o Tesoureiro.

Catarina Preto (Presidente da Direção): explica ao Carlos Ferreira que realmente o contacto estre este consigo, o Tesoureiro e o Vice Presidente sempre foi escasso, e pergunta, pedindo que respondesse com verdade, se alguma vez se dirigiu a um membro

da Direção para perguntar se havia ou não dívidas a pagar, quando outros membros do Conselho Fiscal tiveram essa conversa consigo, sendo que o Carlos foi provavelmente o único membro do Conselho Fiscal que nunca quis ter essa abertura, nunca se aproximou nem se quis aproximar. Acrescenta que toda a gente quer trabalhar nas festas, toda a gente quer ser muito fixe e servir "jola", mas quando é para perguntar pelas contas, ninguém tem interesse, pelo que a abertura sempre cá esteve e nunca tratou ninguém de forma diferente, sendo a Carolina e o Nuno testemunhas disso. Finaliza por dizer que se não houve abertura, foi da parte do Carlos.

Carlos Ferreira (Suplente do Conselho Fiscal): responde que tal não é verdade e é completamente mentira, pelo facto de o Baltazar ter sido o único a acompanhar ao cofre, e de nem sequer saber de tal possibilidade. Quanto à sua ausência, relembra que é o terceiro suplente do Conselho Fiscal e que sempre foi às reuniões

Catarina Preto (Presidente da Direção): afirma que o Carlos não tem por hábito ir a todas as reuniões do Conselho Fiscal, e daí talvez lhe faltar alguma informação.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): acaba com a discussão e pede para prosseguirem.

António Cortês: pergunta se, no fundo, esta festa serviu bem os interesses dos estudantes ou não. Para que precisamos de uma conduta de boas práticas, quando o interesse dos estudantes tem sido seguido da melhor maneira.

Pedro Carvalho: Diz que os controlos existem para garantir transparência e que as normas sejam cumpridas, pelo que com dizer que tudo se justifica porque a festa correu bem e houve lucro, não pode concordar.

António Cortês: Diz que neste caso, a ser útil, o Parecer seria meramente formal.

Carlos Daniel (Conselho Fiscal): Pretende realçar que esteve presente em todas as reuniões, tirando uma que foi realizada via videochamada *Whatsapp.* Apesar de tudo, participou na reunião por mensagens.

Luís Pereira (Tesoureiro): A Festa da Cerveja começou a ser divulgada no dia 11 de maio por existir já um "zum zum" nos corredores de que a mesma iria ocorrer. Relativamente à questão das pulseiras, responde a Marta que neste mandato já tinham começado a fazer listas com sócios e não sócios. A partir das mesmas, conseguem ter mais ou menos uma noção das pessoas que compraram pulseira. É possível que haja algumas falhas, existindo uma margem de diferença entre os 7.200 e 7.300, dependendo se for sócio ou não sócio, acrescentando ainda a venda de pulseiras existente à porta. Quanto ao MBWAY, (impercetível).

Teresa Caldeira (Vogal do Acompanhamento Académico): Quando deixou de haver dinheiro nas máquinas da faculdade, refere que recebeu sim dinheiro por MBWAY. Apontou todas as informações nos papéis indicados, tendo visto também os extratos bancários e confirma-se que o dinheiro foi para o cofre.

Luís Pereira (Tesoureiro): Sabe que isto é um precedente perigoso. Diz que com ou sem orçamento, o objetivo é que todas as festas dêem lucro. É verdade que a nível estatutário devia estar preocupado, mas a Direção vai fazer sempre o máximo possível para que as festas dêem lucro. Não dá para ter livros mais baratos e ter prejuízos nas festas. Sobre a proposta de Francisco Bastos, crê que também é importante continuar a ter a abertura para que, no futuro, haja maior articulação entre Fiscal e Direção.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Percebe que houve um erro ao não ter sido pedido o parecer. Diz que partilha com Luís Pereira responsabilidades financeiras e que são responsáveis por tudo o que se passa na AAFDL, porque o dinheiro não é seu. Deixa claro que a informação se encontra toda ela organizada e que está de consciência tranquila.

Nuno Mohamed (Vice-Presidente do Conselho Fiscal): No início da festa falou com o Travassos. O Conselho Fiscal (impercetível).

Aluna: Coloca uma questão impercetível relativa aos prejuízos.

Luís Pereira (Tesoureiro): O que fizeram foi colocar os valores por cima no documento do Excel.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Relembra novamente que há vendas de sócios e não sócios e que por aquela altura já tinham as despesas todas e, por estimativas, tentaram prever o pior cenário possível de forma a tentar evitá-lo. De que forma se evita que isso aconteça? Vendendo mais pulseiras, fazendo publicitação incessante no *Instagram* e espalhar cartazes nas outras faculdades.

Aluna: Diz que a Direção, nas suas estimativas, já sabia que ia exceder o Orçamento, logo, já sabiam que iam precisar de um parecer do Conselho Fiscal para o efeito.

Catarina Preto (Presidente da Direção da AAFDL): Diz que, talvez com uma certa ingenuidade, como não tinha os valores todos, não se sentiu confortável exatamente pelo que se tinha passado com o primeiro parecer.
Segue-se um período de conversa impercetível entre a aluna e Catarina Preto.

André Dionísio (Vogal do Departamento do Recreativo): Só contactaram com os artistas a partir do momento em que souberam que iriam fazer uma festa. Receberam propostas que se refletiam em metade do preço, pois a última vez que tinham falado com os promotores de eventos havia sido no dia 19.

João Alegria: Pergunta se não seria melhor apresentar números, por mais que se tratasse de estimativas, do que violar os estatutos.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Diz que compreende o ponto de vista de João, mas reforça o que já disse anteriormente sobre não querer apresentar estimativas para não cair numa incoerência. Relembra na época de preparação da Festa da Cerveja todos os alunos estavam em fase de frequências, não havendo tempo para dormir e que já pediu desculpa quanto ao assunto quatro vezes.

Francisco Quental (Suplente da Mesa da RGA): lê a recomendação de Francisco Bastos.

Francisco Bastos (Conselheiro de Escola): Explica e clarifica a sua moção para os presentes.

Teresa Caldeira (Vogal do Departamento do Acompanhamento Académico): Na sua opinião, não devia haver distinção entre os membros do Fiscal por serem de listas diferentes, tanto que os mesmos já foram eleitos e o objetivo do órgão é a fiscalização da Direção.

Noa Brighenti (Vogal do Departamento do Cultural): Crê que a burocracia associada a ir buscar pessoas de outras listas é evitável e dá o exemplo da dificuldade que já está a ser encontrar pessoas para a venda de pulseiras para o festival Toca e Foge. Concorda com a recomendação, mas diz que a mesma tem de estar mais bem redigida.

Francisco Bastos (Conselheiro de Escola): impercetível.

António Cortês: impercetível.

Francisco Bastos (Conselheiro de Escola): impercetível.

Nuno Mohamed (Vice-Presidente do Conselho Fiscal): impercetível

Catarina Preto (Presidente da Direção): Menciona que os pagamentos são feitos ao longos dos dias, mas que ocorrem especialmente nos últimos. Dá o exemplo de ter de depender de pessoas de outra lista para fazer pagamentos, mas as mesmas estarem em período de aulas ou estão fora da faculdade. Questiona se, em termos práticos, irá deixar o credor à espera de receber o pagamento nessa situação. Concorda com António Cortês e diz que todos têm competência para fiscalizar. Acha que é possível encontrar nesta situação um meio termo, fazendo os membros acompanhar-se dos membros da lista adversária.

Luís Pereira (Tesoureiro): Fala numa fiscalização mais concreta e numa maior conexão entre Direção e Fiscal.

Francisco Bastos (Conselheiro de Escola): Discorda de um ponto que Luís referiu e reforça que se trata somente de uma recomendação. Consegue perceber a crítica de

Catarina, mas discorda da solução apresentada, afirmando ter dado uma recomendação concreta.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Relembra que, atualmente, as pessoas que trabalham com o dinheiro concordam com a recomendação, nem anteriores Conselhos Fiscais. Propõe o adiamento do ponto tocante nas atividades da Direção, visto que muita gente ainda tinha de apanhar transportes para casa.

6. Refeições Sociais

Duarte Martinho: Lê a moção:

"Todos os presentes temos certamente consciência dos tempos difíceis que os estudantes e as suas famílias estão a viver no quadro actual de aumento generalizado dos preços dos bens essenciais, alojamento, materiais escolares (maxime manuais)... Aliado aos elevados custos de acesso e frequência no Ensino Superior - que forçam muitos estudantes a desistir do seu curso, outros forçados a trabalhar para sustentar as despesas que têm no Ensino Superior -, o que é, evidentemente, contrário ao entendimento constitucional da educação enquanto direito fundamental - esta realidade vem dificultar ainda mais a vida quotidiana dos estudantes e empurra ainda mais estudantes para o abandono escolar - que fica sempre bonito dizer que se quer combater, embora medidas concretas sejam necessárias e infelizmente escassas ou inexistentes.

Neste quadro é absolutamente incomportável do ponto de vista financeiro e, ao mesmo tempo, inaceitável que os estudantes vejam o preço das refeições na cantina da faculdade aumentar. Para além do problema das longas filas de espera (quer na Cantina Velha quer na Cantina do Bar Novo - embora só a primeira pertença aos SASUL e que, portanto, só essa ofereça a refeição social), verifica-se agora um aumento dos preços da refeição (que, além disso, não é acompanhado sequer por qualquer tipo de melhoria na qualidade da comida que é servida) no Bar Novo bem demonstrativo da necessidade da construção de mais cantinas públicas, necessidade que era já evidente, agora demasiado gritante para que a AAFDL não levante a voz em defesa dos estudantes. Ao mesmo tempo, evidencia-se o quão insuficiente é este modelo que a AAFDL tem seguido de concessão a privados enquanto nem sequer coloca em cima da mesa esta problemática, muito menos pressiona, os órgãos públicos a cumprir as suas atribuições. Não é aceitável que os estudantes não tenham acessível, na sua faculdade, uma refeição de qualidade, a preço

acessível, não é aceitável que os estudantes faculdades não tenham acesso à refeição social.
Face a esta situação, os estudantes têm de elevar a sua voz e com eles a sua Associação Académica, cujo dever é defender os seus interesses, deve activamente pugnar pela construção de mais cantinas públicas (i.e., por parte dos Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa) na Universidade de Lisboa que pratiquem o preço social para que todos os estudantes da nossa Faculdade e também de toda a Universidade de Lisboa tenham acesso a este direito básico.
Nada foi alguma vez alcançado através de passividade. Se queremos mais cantinas é necessário que nos unamos e lutemos para que possa vir a ser uma realidade aquilo que verificamos ser uma necessidade."

Catarina Preto (Presidente da Direção da AAFDL): Concorda com o conteúdo da moção. Levanta apenas a temática no que toca à forma como o requerimento chegou à Mesa e quanto ao seu conteúdo que diz que a Direção da AAFDL deve ser confrontada com o aumento dos preços do bar novo. Explica que o Bar Novo é uma concessão da AAFDL e que tem sido alvo da inflação, como todos os negócios no país e no mundo. Diz ainda que o Bar Novo acaba por não pagar renda, visto que a mesma serve para cobrir o custo das refeições da Ação Social. De seguida, lê um e-mail do proprietário do Bar Novo onde se evidencia o aumento recente dos produtos alimentares e dos restantes custos.

Duarte Martinho: Diz que na sua moção não foi feito nenhum ataque à concessão do Bar Novo, especificando que o ponto em questão na moção é vincular a AAFDL a pugnar pela construção de mais cantinas públicas. Diz ainda que o modelo adotado pela AAFDL não tem sido o correto.

Luís Pereira (Tesoureiro da AAFDL): Pergunta qual seria então o modelo correto a seguir na ótica do Duarte Martinho.

Duarte Martinho: Responde que não vai ensinar a Direção da AAFDL a fazer o seu trabalho, dizendo que a moção é clara. Finaliza dizendo que a única forma de proteger os estudantes do aumento generalizado dos preços é com a construção de cantinas públicas.

Marta Cortez (Vogal da Ação Social da AAFDL): Pergunta ao Duarte Martinho se o objetivo é levar a AAFDL para as portas da Assembleia da República pedir a construção de cantinas públicas. Pergunta o que é que tem de ser feito na prática.

Duarte Martinho: Diz que a moção é clara e que a Associação deve pugnar pela construção de mais cantinas públicas.

Caio Escobar: Diz que as filas no Bar Novo têm sido enormes e que grande parte dos clientes são externos à faculdade.

Luís Pereira (Tesoureiro da AAFDL): Diz que a faculdade não pode fechar portas a alunos de outras faculdades. Acrescenta ainda que o que pode ser feito é a criação de uma fila prioritária para alunos da FDL. Quanto ao Duarte Martinho, diz que com o conteúdo do requerimento de aditamento a Direção tinha ficado com outra ideia, esclarecendo que quanto ao conteúdo da moção concorda totalmente.

Duarte Martinho: Diz que a solução não pode passar por "banir/limitar" o acesso de alunos de outras faculdades ao Bar Novo, porque esses alunos vêm ao Bar Novo precisamente pela falta cantinas públicas. Por fim, diz que a solução está precisamente na construção de mais cantinas.

Diogo Martins: Concorda com o Duarte e sugere à Direção que reúna com outras associações de Faculdades da Cidade Universitária, de forma a pugnarem pela construção, nos próximos anos, de mais uma cantina pública.

Sofia Escária: Diz que é possível a AAFDL fazer alguma coisa e dá o exemplo de outras Associações que subsidiam, em parte, os custos dos concessionários, de forma a estes apresentarem melhores preços.

Luís Pereira (Tesoureiro da AAFDL): Diz que Direções anteriores já tentaram obter junto da reitoria apoios, mas que estes foram rejeitados com a justificação de que já existe uma cantina da Universidade. Informa que a atual Direção dá muitos apoios aos alunos da FDUL e que irá tentar averiguar a possibilidade de a Direção da Faculdade reduzir o

preço da eletricidade e água dos concessionários, dizendo, no entanto, que tal poderá ser complicado de se alcançar. Finaliza dizendo que a AAFDL não consegue dar mais apoios do que aqueles que já dá atualmente e apela a todos os alunos com dificuldades que se candidatem aos apoios indiretos.

Diogo Travassos (Vice Presidente das Atividades da AAFDL): Informa que os apoios indiretos não são limitados às senhas para refeições, abrangendo também um apoio às viagens de regresso a casa, aos passes dos transportes públicos e também às fotocópias na reprografia vermelha.

Catarina Preto (Presidente da Direção da AAFDL): Responde à Sofia Escária dizendo que, aquando da subida de preços no Bar Novo, houve uma tentaiva junto da Direção no sentido de se baixar o preço da eletricidade. Não foi possível fazê-lo porque o contrato que a Universidade de Lisboa tinha com a EDP chegou ao fim, estando ainda numa fase de negociação.

Duarte Martinho: Coloca a moção em votação, resumindo-a: "Pugnar pela construção de cantinas públicas junto dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa".

A favor: 49
Contra: 0
Abstenção: 4

7. Outros Assuntos

Vítor Andrade André: Diz que o conteúdo da carta enviada pela Mileny Lopes não está correto e vem requerer a presença da mesma numa futura RGA, dizendo que a Mileny ainda é aluna. Acrescenta que não faz sentido a mesma acusar a Presidente da Direção de assédio moral através de uma carta, desafiando-a a estar presente numa futura RGA. Por fim, diz que alguém não está a falar a verdade e finaliza dizendo que acredita na palavra da Presidente da Direção.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Sem mais assunto, encerra a oitava RGA Extraordinária do mandato por volta das 00h50.

Tiago Pita (Presidente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Inês Silva (Vice-Presidente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Margarida Pereira (Secretária de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Mylla Purcinelli (Secretário de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Francisco Quental (Suplente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Gonçalo Duarte (Suplente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)